

OE 2022

Propostas de alteração

Bloco de Esquerda

Em Março de 2022, a taxa de inflação homóloga atingiu os 5,3%. Trata-se do valor mais alto em décadas, com paralelo apenas em julho de 1994. O ciclo inflacionista que vivemos agravou-se com a guerra na Ucrânia, mas as suas origens são anteriores ao conflito. É por isso que a realidade desmente a ilusão do Partido Socialista (o seu próprio cenário macroeconómico confirma que os preços não vão baixar), enquanto expõe a irresponsabilidade da sua política (a perda de poder de compra dos trabalhadores tem um efeito permanente). Ao mesmo tempo, o PS insiste que a inflação - que é gerada do lado da oferta e não da procura - pode ser contrariada por quebra da procura (através da degradação dos salários) e não do lado da oferta.

A degradação das condições de vida não é uma inevitabilidade. É uma opção política, que tem expressão concreta na proposta orçamental. No avesso desta opção, o Bloco afirma a responsabilidade de responder aos défices que se agravam nos salários que perdem com a inflação, no SNS sem capacidade de resposta para os desafios pós-pandemia, na escola pública ameaçada pela falta de condições da carreira docente. A prioridade absoluta é a proteção dos salários face ao aumento dos preços, indo buscar os recursos necessários às grandes empresas que lucram com o ciclo inflacionista.

i. 10 propostas essenciais para proteger agora os salários da inflação:

1. Criar um imposto sobre os lucros extraordinários (*windfall tax*). O Bloco concretiza o imposto sugerido por instituições como a OCDE, o FMI ou a Comissão Europeia. Depois de ter sido admitido pelo Ministro da Economia, o Governo deixou cair a ideia. Pretende-se criar uma taxa extraordinária de 25% sobre a parte do lucro tributável relativo ao segundo semestre de 2021 que exceda em 10% o lucro tributável apurado no mesmo período do ano anterior. É aplicável a empresas com lucros superiores a 1,5 milhões que operem nos setores da energia e distribuição alimentar.
2. Reduzir para 6% o **IVA da eletricidade e gás natural** e engarrafado. Tendo já sido uma proposta central no debate de outros orçamentos, o ciclo inflacionista agrava a sua urgência. É uma medida que protege as famílias (sobretudo as mais famílias mais pobres) e as empresas (em particular as pequenas e médias).
3. Aumentar o **Salário Mínimo Nacional**. A inflação impõe uma medida extraordinária, que protege a trajetória de aumento do salário mínimo iniciada pelo acordo com o Bloco em 2015. Propõe-se um aumento intercalar de 30 euros (4%), em junho.

4. Proteger os **trabalhadores dos serviços públicos**. A proposta estabelece que, na negociação sindical, o Governo toma como patamar mínimo o valor de 4%, correspondente à inflação prevista. Este aumento é também uma referência para o setor privado.
5. Atualizar os **escalões de IRS** à taxa de inflação prevista no OE2022. No OE entregue em Abril, o Governo alterou a previsão da evolução dos preços (de 0,9% para 4%) não atualizando, no entanto, os escalões do IRS à nova taxa.
6. Garantir um aumento intercalar extraordinário das **pensões** em julho. Esta medida garante-se por via de um aumento de 4% nas pensões, protegendo-as da inflação (com patamar mínimo de 10 euros por pensionista, que se soma aos 10 euros do aumento já definido pelo Governo para janeiro).
7. Atualizar a **dedução específica** para rendimentos do trabalho e pensões à inflação prevista para 2022.
8. Atualizar o **Indexante dos Apoios Sociais** pela diferença entre a atualização já feita e a inflação esperada. Por ser determinante para o acesso e cálculo dos apoios sociais, esta é uma medida que permite proteger quem vive em situação de pobreza.
9. Aumentar o **limiar das pensões**, criando uma nova regra para pensões com carreiras contributivas de 20 ou mais anos. Estas passam a ter como valor mínimo o limiar de pobreza.
10. Revogar as **normas da troika no Código do Trabalho**. Estas medidas, essenciais para proteger os salários do setor privado do choque inflacionista, passam pela retoma das compensações por despedimento, pela majoração das horas extraordinárias ou pela reposição dos 25 dias de férias.

ii. Impostos justos e combate ao regime de privilégio

O Bloco de Esquerda pretende introduzir critérios de justiça fiscal, procurando na economia do privilégio os recursos necessários para financiar a proteção dos rendimentos e dos serviços públicos. Destaca-se a proposta (11) para **taxar as mais-valias em transações de criptomoedas**.

12. Sujeição das barragens e centrais electroprodutoras detidas por privados ao pagamento de IMI	13. Acabar com o regime dos residentes não habituais
14. Criar uma contribuição patrimonial sobre Ativos por Impostos Diferidos	15. Criar “imposto Google”, que taxa as gigantes digitais

16. Englobamento - alargar o englobamento obrigatório de todos os rendimentos	17. Eliminação benefícios fiscais para fundos de investimento imobiliário e fundos de capital de risco
18. SIFIDE - Eliminação da isenção para investimentos de capital em empresas I&D e fundos de investimentos com participações (I&D)	19. Acabar com a isenção de IMT para os fundos de investimento imobiliário
20. Acabar com a isenção de IMT para empresas imobiliárias constituídas apenas para esse efeito	21. Eliminar o regime de privilégio dos vistos gold
22. Tributar as transações para offshores em 100%	23. Tributar as mais-valias de transações em criptomoedas
24. Financiamento dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo	25. Ressarcimento à SATA pelo cumprimento das obrigações de serviço público
26. Garantia de concurso público para as interligações por cabo submarino	26. Resposta social à crise sismo vulcânica de S. Jorge, com a majoração do subsídio de desemprego para esta ilha

ii. Medidas para aumentar rendimentos e combater a pobreza:

Além das dez medidas para travar, no imediato, os efeitos da inflação, o Bloco de Esquerda apresenta um conjunto de propostas para valorizar os salários e combater a pobreza. Destacam-se as propostas para (27) **eliminar o fator de sustentabilidade para quem tenha 40 anos de carreira contributiva** e recalcular as pensões de quem se reforçou com os cortes da troika ou (28) **rever o estatuto do cuidador informal** para desburocratizar processo, garantir reconhecimento de cuidados para efeitos de carreira contributiva, ampliar a condição de recursos que deixa a maioria de fora, consagrar direitos laborais a cuidadores e acesso ao descanso .

29. Atualizar os salários da GNR e PSP, garantindo igualdade salarial entre estes OPC	30. Criar um mecanismo de atualização automática do limiar do CSI, tomando como referência o limiar de pobreza
31. Retomar as regras de montante e período de concessão do subsídio de desemprego	32. Atualizar o valor do subsídio de refeição dos trabalhadores do Estado, que é referência os trabalhadores do privado, sem prejuízo de normas melhores em convenção coletiva aplicável

33. Atualizar os abonos de ajudas de custo e transporte em deslocação dos trabalhadores dos impostos	34. Rever as tabelas remuneratórias dos trabalhadores dos serviços periféricos, de forma a que os seus salários tenham em conta o índice do poder de compra, a inflação e a variação cambial dos vários países em que se encontram, prevenindo assim o seu brutal empobrecimento
35. Reduzir o horário laboral para 35 horas no setor privado, com possibilidade de quatro dias de trabalho sem perda de rendimento	36. Eliminar o período de carência do RSI e apoio extraordinário a desempregados de longa duração para quem transite dos apoios extraordinários de 2021 e 2021
37. Promove a resposta do Housing First para pessoas em situação de sem-abrigo	38. Rever as tabelas remuneratórias dos trabalhadores dos serviços periféricos, de forma a que os seus salários tenham em conta o índice do poder de compra, a inflação e a variação cambial dos vários países em que se encontram, prevenindo assim o seu brutal empobrecimento
39. Garantir o suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça	40. Isenção de custas judiciais para acidentes de trabalho
41. Atualizar os salários da GNR e PSP, garantindo igualdade salarial entre estes OPC	

iii. Proteger os serviços públicos

O Bloco apresenta medidas para proteger os serviços públicos, a começar pelo Serviço Nacional de Saúde. Destacam-se as propostas para (42) **generalizar as USF Tipo B**, que são hoje o único modelo capaz de fixar médicos de família e cuja expansão foi limitada por questões orçamentais; e para dar cumprimento às promessas do Governo que não têm tradução orçamental, nomeadamente, (43) **contagem de tempo de serviço dos enfermeiros** e (44) garantia de **carreira dos técnicos auxiliares de saúde**.

45. Alterar as regras de financiamento das respostas sociais, de forma a permitir a cooperativas, autarquias e entidades públicas concorrem a respostas sociais	46. Avançar com a exclusividade no Serviço Nacional de Saúde, garantindo os respectivos incentivos
47. Garantir autonomia para contratação por parte das instituições do SNS	48. Propostas para garantir a atribuição de médico de família a todos os utentes e reverter a escalada de utentes a descoberto

49. Garantir a criação, em 2022, da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde	50. Rever as carreira de enfermagem para contabilização de todos os pontos, reconhecendo, entre outras medidas, o estatuto de risco e penosidade
51. Eliminar a diferenciação de tratamento entre CTFP e CIT, garantindo-se que as condições mais vantajosas são aplicadas a todos os profissionais da saúde	52. Garantir nos Cuidados de Saúde Primários acesso a saúde oral, mental, oftalmológica e outros serviços
53. Distribuição gratuita de produtos de saúde menstrual em vários locais, desde logo nos centros de saúde, escolas e prisões	54. Garantir intérpretes de Língua Gestual Portuguesa na linha SNS 24, nos Cuidados de Saúde Primários e nos hospitais
55. Criar o Programa Rede de Creches Públicas 2022-2024, de modo a aumentar as vagas e acelerar o alargamento da gratuidade	56. Eliminar a propina e garante manuais escolares aos alunos de português no estrangeiro
57. Reforçar os incentivos para fixação de profissionais nas zonas carenciadas	58. Autorizar a contratação de profissionais de serviços externalizados, de forma a combater a precariedade e internalizar esses mesmos serviços
59. Garantir a abertura de vagas para que todos os farmacêuticos em condições de progredir o possam fazer	60. Abrir concurso para que os psicólogos do SNS possam entrar na carreira respetiva
61. Criar uma compensação para docentes deslocados através de reembolso despesas de transportes e habitação dos professores que exerçam funções em estabelecimento de ensino situado a uma distância de mais de 60 Km do seu local de residência habitual ou domicílio fiscal	62. Aumentar o número de funcionários judiciais nas Secções Especializadas Integradas de Violência Doméstica
63. Eliminar a propina da licenciatura e estipular tetos máximos para mestrados e doutoramentos	64. Contabilizar 30 dias de descontos para a segurança social para todos os professores com horários incompletos (incluindo os com menos de 22 horas letivas, no 2º e 3º CEB e Sec, e menos de 25 horas letivas no 1º CEB)
65. Criar um Programa de Promoção do Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, com vista divulgar o Estatuto junto do tecido empresarial e das entidades não-comerciais do setor cultural e artístico	66. Garantir que, a partir do ano letivo de 2022/2023, os alunos do ensino secundário que frequentam as disciplinas de Matemática, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Economia, Física e Química têm acesso gratuito a calculadoras

	com as características definidas no programa das suas disciplinas e obrigatórias para os exames nacionais
67. Abrir concursos para a contratação de todos os lugares previstos e não ocupados no mapa de pessoal do INEM	68. Reforçar a distribuição gratuita de preservativos em centros de saúde e escolas e através de associações de base comunitária
69. Reduzir as contribuições dos subsistemas SAD e ADM	70. Aplicar a todos os trabalhadores do SNS e dos organismos de administração direta e indireta do Ministério da Saúde o pagamento das horas extra previstas no Decreto de 1979
71. Abertura da Segurança Social a Advogados e Solicitadores, exigindo ao Governo que prepare a implementação da decisão do referendo realizado entre advogados e solicitadores	72. Apetrechamento tecnológico da PJ para reforço do combate à criminalidade organizada, crime económico e corrupção
73. Abertura de concursos para admissão de médicos para as CPCJ	74. Abertura de procedimentos concursais para reforço das Equipas de Adoção da Segurança Social, garantindo o devido acompanhamento das crianças e a celeridade necessária aos processos de adoção
75. Reforço da contratação de profissionais para PSP e GNR, respondendo à gritante falta de operacionais e à previsível onda de reformas que acontecerá nos próximos anos	76. Abertura de procedimento concursal para a contratação de oficiais de Registos e Notariado para colmatar a enorme falta de profissionais
77. Corrigir a lei da reforma das pessoas com deficiência, tomando os 60% ou mais de incapacidade como critério (e não 80%)	78. Reforçar a contratação e formação de mediadores socioculturais
79. Reforçar em 10% a rubrica do emprego científico do orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I. P.) em relação ao seu orçamento de 2021 com vista à promoção do ingresso nas carreiras especiais do Ensino Superior através de Concurso Estímulo ao Emprego Científico Institucional	

iv. Garantir o direito à habitação e proteger o território e o clima

O Bloco considera que o orçamento deve responder à crise da habitação e aos desafios da transição energética e da emergência climática. Destaca-se a proposta (80) para corresponsabilizar os bancos pelos empréstimos que aprovam, garantindo que a dívida se extingue em caso de entrega da casa (dação em cumprimento).

81. Excluir a monocultura do Programa Nacional de Regadios	82. Criar campos de ensaio públicos e centros experimentais em todas as regiões agrárias
83. Reduzir a taxa registo de animais de companhia no Sistema de Informação de Animais de Companhia	84. Criar uma empresa pública de dragagens
85. Incluir bicicletas elétricas nos incentivos a veículos de baixas emissões	86. Criar um programa de cuidados médicos veterinários básicos
87. Avançar na construção ou requalificação de viveiros públicos	88. Avançar com a taxa sobre as munições de chumbo
89. Cumprir financiamento do Fundo Verde da ONU	90. Aumentar a dotação para áreas protegidas
91. Aumentar a comparticipação nas prioridades 2 e 3 na remoção do amianto	92. Garantir a contratação de 10 funcionários para fiscalizar pedreiras (DGEG)
93. Aumenta as dotações para o PART e para a densificação transportes. Estabelece gratuidade dos transportes públicos para jovens, estudantes e terceira idade e tem em vista o alargamento da gratuidade a outros grupos no próximo ano	94. Reforçar o programa de financiamento a casas eficientes e combate pobreza energética e garantir financiamento no mínimo a 100% para não excluir famílias com menores rendimentos
95. Programa de apoio à produção localizada de energia	96. Apoio às vítimas de stress de guerra: reforço da verba
97. Repõe artigo 22 OE2021, prevendo a contagem integral do tempo de serviço prestado nas Forças Armadas para efeitos de progressão na carreira de antigos militares	98. Reduzir impostos sobre os combustíveis e acabar com a dupla tributação
99. Comprometer o Governo a trazer ao	100. Isentar de ISP as corporações de

Parlamento a Estratégia para a Cooperação 2030 e obrigar ao aumento do financiamento para a Ajuda Pública ao desenvolvimento, conforme compromisso estabelecido com a ONU	bombeiros
101. Garantir que o recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça não se traduz numa corrida às alterações dos títulos constitutivos dos imóveis em alojamento local, protegendo o direito à habitação	102. Redução IVA bicicletas da taxa normal para a taxa reduzida
103. Programa para ter a rega de campos de golf a partir de águas residuais até 2025	104. Garantir a contratação de 50 vigilantes da natureza
105. Estabelecer um patamar mínimo de investimento proteção civil nas autarquias	106. Ressarcimento à SATA pelo cumprimento das obrigações de serviço público
107. Sujeição das barragens e centrais electroprodutoras detidas por privados ao pagamento de IMI	108. Resposta social à crise sismo vulcânica de S. Jorge, com a majoração do subsídio de desemprego para esta ilha
109. Criar uma contribuição patrimonial sobre Ativos por Impostos Diferidos	110. Garantia de concurso público para as interligações por cabo submarino
111. Englobamento - alargar o englobamento obrigatório de todos os rendimentos	112. Eliminação benefícios fiscais para fundos de investimento imobiliário e fundos de capital de risco
113. SIFIDE - Eliminação da isenção para investimentos de capital em empresas I&D e fundos de investimentos com participações (I&D)	114. Acabar com a Isenção de IMT para os fundos de investimento imobiliário
115. Acabar com a isenção de IMT para empresas imobiliárias constituídas apenas para esse efeito	116. Eliminar o regime de privilégio dos vistos gold
117. Taxar a 100% as transferências para offshores	118. Taxar as mais-valias na reconversão de criptomoedas
119. Financiamento dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo	